

UM ESTUDO SOBRE OS ITENS DE POLARIDADE NEGATIVA NO PB E SEU LICENCIAMENTO

NEGATIVE POLARITY ITENS IN BRAZILIAN PORTUGUESE (BP) AND THEIR LICENSE CONDITIONS

Luisandro Mendes de Souza
Doutorando em Lingüística – UFSC – CNPq
Letícia Lemos Gritti
Mestranda em Lingüística – UFSC – CAPES
Roberta Pires de Oliveira
Docente do Programa de Pós-Graduação em Lingüística – UFSC – CNPq

“As Expressões de Polaridade Negativa são os vírus da linguagem: extremamente diversificadas com comportamento aparentemente errático e de difícil apreensão teórica”
Lígia Negri (2006).

Resumo

Este artigo investiga os itens de polaridade negativa no Português Brasileiro (PB). Apesar da literatura já robusta sobre polaridade negativa em outras línguas, em particular para o inglês, muito pouco se sabe sobre o tema no PB, tendo talvez, como única exceção, Ilari (1984), que descreve e analisa locuções negativas. Em razão disso, investigamos se há alguns itens no PB que são itens de polaridade negativa (IPN) e concluímos que ‘sequer’, ‘ainda’ e ‘N algum’ são IPNs, enquanto ‘qualquer’, e ‘o que quer seja’ são itens de livre escolha. Investigamos, ainda, sua distribuição e suas condições de licenciamento e discutimos duas abordagens, Ladusaw (2002[1980]) e Giannakidou (2001), concluindo que não explicam os dados do PB.

Palavras-chave: Semântica. Polaridade negativa. Distribuição. Licenciamento. Monotonicidade.

Abstract

This paper inquires into negative polarity itens in Brazilian Portuguese (BP) Despite the large literature on this issue in other languages, in particular in English, almost nothing is known about BP. Exception is Ilari’s (1984) paper, in which he describes and analyses idiomatic negative locutions. We investigate whether there are some itens in PB that are negative polarity itens (NPI), and conclude that ‘sequer’, ‘ainda’, and ‘N algum’ are NPIs, while ‘qualquer’ and ‘o que quer que seja’ are free choice itens. We investigate their distribution and license conditions, discuss two approaches: Ladusaw’s (2002[1980]) and Giannakidou’s (2001), and conclude that they cannot explain BP data.

Keywords: Semantic. Negative polarity. Distribution. License. Monotonicity.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da polaridade negativa vem recebendo atenção de pesquisadores há bastante tempo, mas ainda é uma área de intensa pesquisa e com várias questões em aberto¹. A partir de trabalhos como o de Klima (1964 *apud* LADUSAW 2002), surgiram várias análises que procuraram fornecer algum tipo de explicação para a distribuição e licenciamento das chamadas expressões de polaridade negativa nas línguas naturais. Ilari (1984) é provavelmente o primeiro a tocar no tema, analisando dados do Português Brasileiro (PB). Esse vácuo foi o que nos moveu a investigar com mais cuidado tais expressões, dado que o fenômeno da polaridade negativa está relacionado direta ou indiretamente com outros, como itens de livre escolha, locuções negativas, palavras negativas e a comparação. Não há como falar destes sem pelo menos mencionar aquele. Assim, a pergunta deste artigo é: Há itens de polaridade negativa (IPN) no PB? Se sim, quais as condições de licenciamento? Uma questão pouco explorada na literatura (a exceção talvez seja o trabalho de Krifka (1996)) é a semântica dessas expressões. Sobre ela, nada diremos neste artigo, já que só é possível enfrentá-la se de fato houver IPNs no PB.

Iniciamos discutindo Ilari (1984). Na seção 2, selecionamos alguns itens como prováveis candidatos a IPNs, tomando por base evidências apresentadas em Ilari, como é o caso de ‘ainda’ e, na tradução de Chierchia (2003) no capítulo sobre itens de livre escolha, ‘o que quer que seja’; acrescentamos também outras expressões que possuem um claro valor negativo, como ‘N algum’ e ‘sequer’. A inclusão de ‘qualquer’ justificase por ele traduzir ‘any’, que é, em inglês, o IPN clássico. Duas propostas de licenciamento são estudadas. Ladusaw (2002[1980]), partindo do trabalho de Klima (1964), propôs que os IPNs somente seriam licenciados em contextos de monotonicidade decrescente (MD), o que explica a distribuição do ‘any’ (seção 3). Mostramos que a hipótese da MD, mesmo modificada por Heim (1987), não explica o licenciamento desses itens. Criamos um novo teste para detectar se os itens que estamos analisando são efetivamente IPNs (seção 4), já que esses itens não podem ocorrer em contextos de monotonicidade crescente (MC). Dessa forma, testamos, mais uma vez, os nossos candidatos e concluímos que ‘sequer’, ‘ainda’ e ‘N algum’ são, de fato, IPNs. Apresentamos a proposta de Giannikadou (2001) que, a partir do trabalho de Zwarts (1995 *apud* Giannakidou, 2001), busca explicar o licenciamento da polaridade através do conceito de não-veridicidade (seção 5). Nenhuma das duas propostas consegue abarcar a totalidade dos casos relevantes, principalmente a ocorrência desses itens em perguntas diretas. Nossa conclusão aponta para uma resposta positiva a nossa questão central, ‘há itens de polaridade negativa no PB?’, o que ficará evidenciado ao longo do trabalho.

2 LOCUÇÕES NEGATIVAS

Do que pudemos aferir, a bibliografia sobre IPN no PB é escassa; aparentemente há esse único texto de Ilari (1984) sobre as locuções negativas, embora Vitral (1999) também toque no tema, assim como Mito (1992). Em consonância com a literatura, Ilari define

¹ Recentemente, março de 2007, houve em Tübingen, Alemanha, um congresso sobre itens de polaridade negativa.

essas locuções por terem como característica marcante o fato de não ocorrerem em sentenças afirmativas. Notemos o contraste de interpretação entre as sentenças em (1):

- (1) a. João não levantou um dedo (pra ajudar).
b. # João levantou um dedo (pra ajudar).²

Em (1a), a leitura preferencial toma ‘não levantou um dedo’ como uma expressão idiomática (não-composicional); nesse caso, afirma-se que nada foi feito, que o João não fez nem o mínimo movimento. A interpretação composicional, no entanto, é obviamente possível – certamente a leitura “literal” não está disponível se acrescentarmos o sintagma preposicional entre parênteses –; mesmo que estranha, ela pode, contudo, estar na base da interpretação idiomática. Já em (1b), só temos a interpretação composicional, em que o que aconteceu foi um evento de João levantar um dedo. A interpretação idiomática está simplesmente bloqueada para (1b).

Mas nem todas as expressões elencadas em Ilari (1984) comportam-se dessa maneira. Embora ele não tenha atentado para esse aspecto, expressões como ‘abriu a boca’ podem ocorrer em contextos afirmativos “simples” (veremos, mais adiante que IPNs podem ocorrer em certos contextos afirmativos) e manter a interpretação idiomática:

- (2) a. João não abriu a boca (sobre o escândalo).
b. João abriu a boca (sobre o escândalo)

Dado o contexto entre parênteses, tanto em (2a) quanto em (2b) ‘abriu a boca’ tem interpretação não-composicional. Assim, as locuções levantadas pelo autor não têm o mesmo comportamento com relação à negação, aspecto que a literatura sobre IPN em outras línguas já relatou. Retornaremos, adiante, a esse problema.

É preciso, no entanto, sermos cuidadosos, como bem mostra Ilari (1984), quando afirmamos que essas locuções não ocorrem (ou não ocorrem freqüentemente) em contextos positivos, porque nem sempre é esse o caso. IPNs podem ocorrer em *certos* contextos afirmativos, como podemos constatar a seguir:

- (3) a. Se o João abrir a boca, eu mato ele.
b. Duvido que o João abra a boca sobre o escândalo.
c. Só o João abriu a boca.

Este é um dos pontos mais intrigantes sobre IPNs e que tem ocupado a maior parte da pesquisa sobre o assunto: em que contextos eles ocorrem? Quais são as restrições? Como explicar sua distribuição? Ilari (1984) apresenta duas explicações: há um item negativo encoberto nas sentenças em (3) e há uma escala; conclui que, mesmo capturando algo, nenhuma está totalmente correta.

A primeira hipótese é assim formulada: “[...] poder-se-ia, em suma, sugerir que as locuções de polaridade negativa só aparecem em contextos sintáticos tais que uma representação (profunda) adequada as localiza no âmbito de uma fórmula negativa [...]”

² Vamos utilizar o símbolo # para indicar estranhamento. Não se trata, portanto, de afirmar que (1b) é agramatical.

(1984, p. 92). Essa hipótese foi aventada por outros autores, em particular por Linebarger (1987), que, dentro de um quadro gerativo, entende que INPs ocorrem na Forma Lógica sob o escopo de uma negação. Ilari (1984) apresenta duas dificuldades que levam a suspeitar dessa hipótese. A primeira é que, quando tentamos mostrar explicitamente, na forma lógica, onde se situa a negação da sentença em que há um IPN, ficamos sem saber qual é a melhor paráfrase para caracterizar a sentença. Consideremos o exemplo analisado pelo autor:

(4) Ignoro que ele tenha tirado um tostão do bolso.

Estaríamos afirmando com (4), (5a) ou (5b)?

- (5) a. Sei que ele não tirou um tostão do bolso.
b. Não sei se ele tirou um tostão do bolso.

Em (5a), a negação está atuando na sentença com IPN, mas, nesse caso, ‘ignorar’ recebe uma semântica muito estranha: “sei que não”; além disso, ela não capta a nossa intuição sobre (4). Em (5b), ‘ignorar’ recebe o significado correto de “não saber se”, mas a negação incide sobre a sentença principal; o que não estaria de acordo com a hipótese inicial de que os IPNs estão diretamente sob o escopo de uma negação. O problema é como justificar que (5b) é a forma lógica de (4). Notemos que, em (5b), há um complementizador interrogativo, para perguntas sim/não encaixadas.

Na proposta sintática de Linebarger (1987), em (4) não há uma negação explícita. Nesses casos, assim como em (6), a autora entende que há uma restrição pragmática; trata-se de uma implicatura negativa.

(6) Fiquei surpresa que ele tirou um tostão do bolso.

Tanto ‘ignorar’ quanto ‘ficar surpresa’ disparam uma implicatura negativa. Em (7), e.g., seria: o falante não tinha expectativa de que isso ocorresse. Um primeiro problema é que agora não temos mais uma explicação unificada para o fenômeno: há casos em que a negação está na forma lógica e tem o item em seu escopo, e há casos em que há uma implicatura negativa, suficiente para licenciar o item.

A segunda dificuldade levantada por Ilari (1984) consiste em conseguir fazer aparecer, na forma lógica, uma negação. O exemplo é desse autor:

(7) A polícia fecha essa biboca no dia em que alguém abrir a boca.

Não há como acrescentar uma negação a (7) e não há uma implicatura negativa. Notemos que, em (7), há uma interpretação condicional, e o IPN está no antecedente: se alguém abrir a boca, a polícia fecha essa biboca. Não vemos possibilidade de inferir, nesse exemplo, uma negação ou uma implicatura negativa.

Na mesma direção, está a crítica de Krifka (1991) à proposta de Linebarger (1987): como explicar que IPNs são licenciados em perguntas diretas (eles também são licenciados em perguntas retóricas, mas pode-se argumentar que, nesse caso, há uma negação implícita)? Consideremos:

(8) O João levantou um dedo para ajudar na reforma?

Sem uma entonação particular, a sentença em (8) é uma pergunta efetiva: o falante quer saber se João ajudou. Não há nenhuma negação ou implicatura negativa.

Assim, Ilari (1984) está correto em desistir de tentar capturar os contextos em que podem ocorrer locuções negativas através da hipótese da negação implícita e propõe, então, a alternativa, apresentada por Fauconnier (1975 *apud* ILARI 1984), de que esses são itens escalares. Vale notar que agora não se trata apenas de indicar as condições de licenciamento, mas de descrever o funcionamento semântico dessas expressões. Fauconnier apresenta uma análise dos superlativos, como em (9), que parecem ter força universal (funcionar como um quantificador):

- (9) a. João pode resolver (até) o problema mais difícil.
b. João pode resolver qualquer problema.

(9a) acarreta (9b), porque, se alguém pode resolver até o mais difícil dos problemas, então pode resolver qualquer problema. A hipótese de Fauconnier (1975) explora a idéia de escala: se alguém resolve o problema mais difícil (isto é, aquele que está no alto de uma escala de dificuldade de problemas), então resolve todos (caminhamos para baixo na escala). Fauconnier (1975) notou que os contextos que licenciavam os IPNs são o que chamou de “inversores de implicação”. Nesses casos, a direção do acarretamento é invertida, implica-se (negativamente) do mínimo para o máximo, por isso, em sentenças desse tipo, temos que usar sintagmas como “o mais simples”: “Duvido que o João possa resolver o problema mais simples”. Se o João não consegue resolver o problema mais simples, aquele que está no ponto mais baixo da escala, então ele não consegue resolver nenhum outro problema (caminhamos para cima na escala).

Considerando um exemplo com uma locução negativa, retirado de Ilari (1984), “Pedro não tinha a mais leve suspeita de que a mulher o traía.”, temos um caso de superlativo e a expressão negativa ‘ter a mais leve suspeita’. A locução dispara uma escala em que está indicado o ponto mais baixo (mínimo), uma suspeita leve; se Pedro não tem a suspeita mínima, então ele tampouco tem suspeitas mais robustas. Percorremos a escala para cima, “negando-a”. Voltaremos a essa proposta quando discutirmos a hipótese da MD, na próxima seção. Mas, como nota Ilari (1984), a explicação de que os IPNs têm uma escala não se aplica a todos os casos, em particular porque, na análise de Fauconnier (1975), entende-se que os IPNs são quantificadores não-padrão, mas nem todos os casos podem ser explicados como quantificados. Consideremos, por exemplo, a expressão ‘nem cheira nem fede’; é possível afirmar que há uma escala em que cheirar e feder são condições mínimas, mas certamente não se trata de quantificadores, entretanto a idéia de uma escala em que o ponto mínimo é indicado pelo IPN parece ser correta para explicar a semântica/pragmática para essas locuções. Voltaremos a esse ponto adiante.

Neste artigo, vamos discutir duas soluções semânticas que a literatura tem apresentado para a distribuição dos IPN: a monotonicidade decrescente (*downward entailing*) e da veridicidade; antes, porém, vamos investigar se há itens de polaridade negativa no PB.

3 ITENS DE POLARIDADE NEGATIVA NO PB

Antes de iniciarmos nossa investigação, é preciso uma ressalva: ao menos num primeiro momento, é importante manter separados IPNs e os chamados sintagmas-*n*. Precisamente porque o seu foco de análise são as palavras-*n*, Vitral (1999) inicia seu artigo traçando o que ele considera ser a diferença marcante entre as palavras-*n* e os itens de polaridade negativa: apenas as palavras-*n* podem aparecer sozinhas em sentenças, isto é, sem estar acompanhadas por uma negação explícita. Essas palavras podem ocorrer, quando em posição de sujeito, sem negação explícita:

- (10) a. Ninguém saiu.
b. Nenhum aluno saiu.
c. Nada assusta.

Quando em posição de objeto, porém, essas palavras só ocorrem se há antes uma negação e, no caso de línguas como português, essa presença de duas negativas não se interpreta como uma dupla negação, mas como uma negação simples. Mioto (1992) mostra que uma palavra-*n* pode ocorrer em posição de sujeito e ser licenciada por uma negação mais alta: “Ele não quer que ninguém se machuque.” (uma negação) *versus* “Ele não afirmou que ninguém se machucou.” (duas negações).³ Esse fenômeno ficou conhecido, a partir dos trabalhos de Labov (1972 *apud* PERES 2000), como *concordância negativa*. Assim, (11a) significa que João não encontrou uma pessoa sequer, e (11b) é agramatical porque não há uma negação explícita:

- (11) a. João não encontrou ninguém.
b. * João encontrou ninguém.
c. Ninguém encontrou ninguém.

(11c) é gramatical porque há uma palavra-*n* anterior que a licencia. O tópico é instigante, e há muito a ser dito, em particular porque IPNs podem, como vimos na seção anterior, ocorrer em contextos em que não há uma negação explícita. Não iremos, no entanto, desenvolver esse tópico aqui. Por ora, basta manter os sintagmas-*n* afastados.

Haveria relação entre as palavras-*n* e os itens de polaridade negativa? Sem dúvida há similaridades entre eles, tanto que a literatura tem tratado palavras como ‘nenhum’ como um IPN superforte, mas, neste caso, precisaríamos diferenciar tipos de IPN, porque certamente é o caso que um IPN prototípico pode ocorrer sem a presença explícita da negação, como em (12), enquanto que esse não é o caso dos sintagmas-*n*, a não ser que eles ocorram na posição de sujeito. Notemos o contraste:

- (12) a. Se João abrir a boca, eu mato ele.
b. * Se João encontrou ninguém, ele volta pra casa.

Feita essa ressalva, buscaremos levantar uma lista de itens de polaridade negativa, já que, em seu artigo, Ilari (1984) só trabalha com locuções idiomáticas a exemplo das mencionadas. Avaliaremos cinco candidatos: ‘qualquer’, ‘sequer’, ‘o que quer que seja’,

³ Agradecemos a um dos pareceristas por esta referência a Mioto (1992).

‘ainda’, ‘N algum’. A escolha desses itens não é aleatória: ‘qualquer’ traduz ‘any’ que é, em inglês, um IPN; ‘sequer’ ocorre preferencialmente em contextos negativos (“modernamente quase sempre na negativa” (HOUAISS, 2001, p.)); e a “expressão” ‘o que quer que seja’ é apontada, na tradução de Chierchia (2003), juntamente com ‘patavina’, como IPN, porque “[...] essas expressões não podem ocorrer em sentenças afirmativas simples [...]”. Na conclusão de Ilari (1984), o autor sugere que ‘ainda’ também seria um IPN. Finalmente, ‘N algum’ nos pareceu um candidato promissor.

Para detectarmos se um item é IPN, verificamos se há contraste de aceitabilidade entre a sentença afirmativa simples e a sentença negativa: IPNs são aceitáveis apenas nas negativas. Consideremos ‘qualquer’:

- (13) a. João ouviu qualquer coisa.
b. João não ouviu qualquer coisa.

Na nossa intuição, (13a) é uma sentença marcada e exige, para ser aceitável, uma entonação particular em que ‘qualquer’ é acentuado; enquanto (13b) é plenamente aceitável.⁴ Logo, ‘qualquer’ não deve ser um IPN, embora ele possa ser um item de polaridade (positiva). O inverso se verifica com ‘sequer’:

- (14) a. * João encontrou sequer um amigo.
b. João não encontrou sequer um amigo.

Há um contraste claro: (14a) é ruim, enquanto (14b) é ótima. Logo, ‘sequer’ é um IPN.

A análise de ‘o que quer que seja’ é menos clara. Embora ele não seja um item no sentido estrito do termo, ele se comporta como uma expressão única e, diferentemente dos casos analisados por Ilari (1984), não é uma expressão idiomática. Vejamos os exemplos a seguir:

- (15) a. João não sabe o que quer que seja sobre semântica.
b. João quer que seja um menino.

Apenas (15b) pode ser resposta para a pergunta: o que João quer que seja? (15b) mostra que, se inserirmos um sujeito de ‘querer’, a expressão recebe interpretação composicional. Além disso, nesse caso, o verbo recebe flexão de tempo: o João queria que fosse um menino; operação impossível com a expressão:

- (16) * João não sabia o que queria que fosse sobre semântica.

Suponhamos que ‘o que quer que seja’ é um único item lexical.⁵ Seria ele um IPN? Na tradução de Chierchia (2003), os tradutores apontam o contraste entre as sentenças a seguir como demonstração dessa propriedade:

⁴ Nossa intuição foi checada com um teste informal em que participaram 52 pessoas. No teste, os falantes avaliavam 12 sentenças aleatórias em que estavam presentes, por exemplo, o par de as sentenças (13a) e (13b). Com relação a este par, todos os falantes aceitaram (13a), enquanto que 75% aceitaram (13b).

⁵ Ele se comporta como um indefinido, na medida em que forma uma série: ‘o que quer que seja’, ‘onde quer que seja’, ‘quem quer que seja’, ‘quando quer que seja’. Ver Haspelmath (1997) para uma discussão das séries de indefinidos nas línguas.

- (17) a. * Léo ouviu o que quer que seja sobre o roubo.
 b. Léo não ouviu o que quer que seja sobre o roubo.

É preciso, porém, cuidado, pois itens de polaridade têm restrições de uso. O primeiro problema é que (17b) é uma sentença episódica; trata-se do relato de um evento perfectivo no passado, e itens de livre escolha não são licenciados nesse contexto. Observemos que a sentença “Léo ouviu qualquer coisa sobre o assalto” é estranha. Parece-nos, então, que essa expressão seja um item de livre escolha, como ‘qualquer’. A expressão ‘o que quer que seja’ aparenta ter uma estrutura (sintática interna) de relativa, o ‘quer’, segundo o dicionário Houaiss (2001), é uma conjunção coordenativa com valor de ‘ou’ que indica alternativa e, embora variem alguns de seus componentes, o ‘quer que’ não se rompe, formando a base da expressão e requerendo, na maioria das vezes, pronomes indefinidos para se compor, razão provável para as gramáticas a tratarem como pronome ou locução pronominal indefinida.

A aceitabilidade melhora se colocarmos a expressão numa sentença genérica “João lê o que quer que seja que sai publicado em semântica”. Além disso, as sentenças a seguir são aceitáveis, embora elas não sejam negativas:

- (18) O que quer que seja que João está cozinhando cheira muito bem.
 (19) O que quer que seja que João disse causou um tumulto.

Essas sentenças, mesmo na afirmativa, são aceitáveis. Elas indicam que há algo que João está cozinhando ou que João disse, mas que o falante não sabe exatamente o que é; sabe-se que é algo que João está cozinhando, mas não a comida específica; da mesma forma, é sabido que João disse algo, mas não exatamente o quê. Essa é uma indicação clara de que a expressão é um item de livre escolha: usá-la implica indicar que o falante ignora o referente.

‘Ainda’ aparece no texto de Ilari (1984) como uma sugestão de que ele possa ser um IPN. Uma ressalva, antes de testar sua polaridade negativa, é que, ao investigarmos esse item, nos vimos obrigados a inicialmente separar três usos de ‘ainda’: dois temporais e um discursivo. Há um ‘ainda’ temporal que contrasta com ‘já’; esse é o item que Ilari (1984) tem em mente; há outro temporal, que não contrasta com ‘já’ e carrega uma implicatura negativa implícita; e um uso que chamaremos de *discursivo* e que tem sentido próximo de ‘ainda por cima’/‘além disso’, que também carrega uma expectativa negativa implícita.

O primeiro caso está em (20). Veicula-se, através de ‘já’, a expectativa de que João deveria ter vindo. Essa expectativa positiva é suspensa e é preciso haver uma negação explícita na sentença para que isso ocorra:

- (20) a. Eram 7 horas, o João já deveria ter vindo, mas ele não tinha vindo ainda.⁶
 b. * Eram 7 horas, o João já deveria ter vindo, mas ele ainda tinha vindo.

⁶ Um aspecto curioso, porque a literatura afirma que IPNs devem estar sob o escopo direto da negação, é que o ‘ainda’ temporal não precisa estar diretamente sob o escopo da negação:

- (1) João ainda não veio.
 (2) João não veio ainda.

As intuições sobre o contraste entre (20a) e (20b) são bem claras: (20b) não é aceitável. Logo, temos razão para afirmar que ao menos este ‘ainda’ temporal é um IPN. A seguir, podemos perceber as diferenças entre o ‘ainda’ *temporal* e o *discursivo*, mencionados anteriormente:

- (21) a. João ainda não veio.
b. João ainda veio.

Notemos que (21b) não é o “oposto” positivo de (21a), cujo oposto é “João já veio”. A única interpretação possível para (21b) é considerar o ‘ainda’ como sinônimo de ‘além disso’; ou seja, acrescentar às coisas que João fez, o fato de que ele veio. Mesmo sendo uma sentença afirmativa, e esse ‘ainda’ sendo considerado em estudos funcionalistas como dando idéia de concessão e/ou acréscimo de algo, a sentença carrega uma expectativa negativa, i.e., parece haver uma implicatura negativa junto da sentença, dizendo que João provavelmente não viria. É o que acontece claramente em “João está todo machucado e ainda quer lutar”. Há uma expectativa de que, no estado em que se encontra, João não vá lutar. Aqui há um “não” implícito, subentendido, uma expectativa de que o evento não ocorra, e essa negação dá condições de licenciamento para que esse ‘ainda’ seja um IPN. A literatura aponta casos como esse; ‘estar surpreso’, por exemplo, licencia, via uma implicatura negativa, IPN. Há outros casos em que a implicatura negativa está presente. Vejamos os exemplos:

- (22) E ainda assim, ele não se convenceu.
(23) Ainda que se possa contrapor, eu continuarei com minha hipótese.
(24) Ainda lutando, nada conseguirá, pois está indo pelo caminho errado.

Nesses exemplos, o ‘ainda’ contrapõe idéias e pode ser parafraseado por ‘mesmo’. O que se mantém é a implicatura negativa: o falante não vai mudar de hipótese em (22); pode ser feito tudo o que quiserem, mas o falante não se convenceu em (23); e, mesmo lutando, ele não conseguirá nada.

Há um outro ‘ainda’, que também parece ser temporal, sendo somente licenciado se houver uma implicatura negativa, como vemos em “João ainda está em Florianópolis”. Veicula-se a expectativa de que João não estivesse mais em Florianópolis. Tal expectativa é negada, licenciando a presença de ‘ainda’. Esse uso fica mais bem identificado com uma entonação própria. Trata-se de uma continuidade não esperada. Notemos que sentenças em que ocorre o ‘ainda’ (par de ‘já’) carregam uma expectativa positiva: esperava-se que João tivesse chegado, mas ele ainda não chegou, enquanto que esse outro ‘ainda’ carrega uma implicatura negativa.

A nossa conclusão é que ‘ainda’ é um IPN, seja ele *temporal* ou *discursivo*.

Resta-nos analisar a expressão ‘N algum’. O contraste de aceitabilidade é claro:

- (25) a. * João viu pessoa alguma.
b. João não viu pessoa alguma.

Além disso, não parece ser o caso que essa expressão seja um sintagma-*n*, precisamente porque não há a presença do *n* que pode ter um papel de partícula negativa. Mas, como os sintagmas-*n*, ela pode ocorrer sem negação explícita na posição de sujeito:

- (26) Pessoa alguma saiu (da festa).
 (27) Não saiu pessoa alguma (da festa).

A interpretação de (26) é negativa: nenhuma pessoa saiu. O mesmo, no entanto, verifica-se com ‘sequer’:

- (28) Sequer uma pessoa saiu (da festa).

E não podemos tratar ‘sequer’ como um sintagma-*n*. Mas, diferentemente dos sintagmas-*n*, essa expressão pode ocorrer em contextos afirmativos que normalmente licenciam IPN, como sob o escopo de um verbo de atitude proposicional negativo, como ‘duvidar’:

- (29) a. * Duvido que João viu nenhuma pessoa
 b. ? Duvido que João viu pessoa alguma .

(29a) é bastante estranha, já (29b) parece melhor. Pode ser o caso que ‘N algum’ seja um IPN, mas precisamos fazer um estudo mais aprofundado para mostrar que não se trata de um sintagma-*n*.

Para concluir, na aplicação dos testes identificamos ‘sequer’ e ‘ainda’ como IPN, ‘algum N’ como potencial expressão de polaridade negativa, e ‘qualquer’ e ‘o que quer que seja’ como itens de livre escolha.

4 MONOTONICIDADE DECRESCENTE

A distribuição dos IPNs, especialmente no inglês, foi explicada, a partir do trabalho de Ladusaw (2002), através da propriedade da monotonicidade decrescente (MD). Tratava-se de explicar o comportamento inesperado de ‘any’, que não ocorre em contextos positivos, como mostra o contraste entre (30) e (31), mas que é aceitável em (32), (33) e (35) e volta a não ser aceitável em (34), (36) e (37) (exemplos de Ladusaw):

- (30) * I saw any student.
 (31) I didn’t see any student.
 (32) No student who had ever read anything about phrenology attended the lecture.
 (33) Every student who had ever read anything about phrenology attended the lecture.
 (34) * Some student who had ever read anything about phrenology attended the lecture.
 (35) No student who attended the lectures had ever read anything about phrenology.
 (36) * Every student who attended the lectures had ever read anything about phrenology

- (42) Algum homem saiu.
- (43) Alguma pessoa saiu.
- (44) Algum homem de chapéu saiu.

Por outro lado, há operadores que têm um comportamento distinto quanto à monotonicidade, dependendo do argumento considerado. Esse é o caso de ‘todo’ que é MD para o primeiro argumento e MC para o segundo, como vemos, analisando (45-8):

- (45) Todo homem saiu.
- (46) Todo homem de chapéu saiu.
- (47) Todo homem saiu devagar.
- (48) Todo homem fez algo.

Suponha que (45) é verdadeira. Ela acarreta a sentença em (46), em que vamos do conjunto para o subconjunto (de homem para homem de chapéu), mas não acarreta a sentença em (47), em que também vamos do conjunto para o subconjunto no segundo argumento: se todos os homens saíram, não é o caso que todos saíram devagar (alguns podem ter feito isso, mas não necessariamente todos). Se (45) é verdadeira, (46) também é. Em (48), a inferência vai do conjunto dos que saíram para o superconjunto dos que fizeram algo: se todos os homens saíram, todos fizeram algo. Logo, ‘todo’ é MD para o primeiro argumento e MC para o segundo.

Com isso, Ladusaw (2002) consegue explicar o comportamento de ‘any’ e ‘ever’, ambos IPNs, nas sentenças (30-37): eles só podem ocorrer em contextos de MD. Como ‘no’ cria um contexto de MD para as duas posições, esses itens podem ocorrer livremente nessas duas posições argumentais, mas eles não podem ocorrer sob o escopo de ‘some’ porque esse item é MC nas duas posições. Finalmente, com o ‘every’, esses itens podem ocorrer na primeira posição, mas não na segunda. Aparentemente temos uma boa explicação para a distribuição de ‘any’.

A questão que se coloca é se a noção de MD explica todos os contextos que licenciam os IPNs no inglês e no PB? Se considerarmos os exemplos apresentados por Ilari (1984) de contextos não-negativos em que os IPNs ocorrem, e a proposta de Ladusaw (2002), seremos levados a dizer que são todos contextos de MD, se, e apenas se, assumirmos o que Ladusaw (2002) afirma: períodos subordinados (indicativos e subjuntivos), verbos de dúvida, interrogativas indiretas, e orações comparativas teriam tal propriedade. Pode parecer que achamos a chave para explicar os IPNs: contextos de acarretamento decrescente, mas o problema é que não é trivial determinar se um dado contexto é ou não de MD, além de não haver acordo na literatura sobre o estatuto de todos os contextos. Em particular, a questão é bastante melindrosa quando se trata dos condicionais, dos comparativos e das perguntas diretas. Sem entrar nos detalhes, Ladusaw (2002) afirma que sentenças condicionais são MD. Se é esse o caso, então elas devem permitir, conforme a literatura sobre condicionais, inferências a partir do reforço do antecedente. É isso o que vemos nas sentenças a seguir: (49) é acarretada pela sentença (50):

- (49) Se João dançar, a Maria vai cantar.
- (50) Se João dançar e cantar, a Maria vai cantar.

Mas nem sempre esse é o caso. Em particular, não é o caso com os condicionais subjuntivos, mas notemos que o raciocínio de (51) para (52) não funciona, embora as sentenças ainda sejam condicionais indicativos:

- (51) Se João trazer um bolo, a Maria vai ficar feliz.
- (52) Se João trazer um bolo e jogar na cara de Maria, a Maria vai ficar feliz.

Como evidencia Heim (1987), sentenças condicionais são MD se, e apenas se, considerarmos que o ‘se’ das línguas naturais se traduz como a implicação material (lógica). Mas sabemos que essa não pode ser a semântica do ‘se’ precisamente porque consideramos que raciocínios como (51) e (52) não são válidos, e eles deveriam ser se o ‘se’ fosse uma implicação material nessas sentenças. O ‘se’ das línguas naturais não é MD.

O problema se repete nas sentenças comparativas que Ladusaw (2002) considera como MDs, mas que não o são. Há ainda as sentenças genéricas que licenciam IPNs, mas que não são também, como pode ser atestado pela invalidade do raciocínio a seguir:

- (53) Cachorro tem quatro patas.
- (54) Cachorro que sofreu uma amputação tem quatro patas.

Consideramos a sentença, em (53), verdadeira e a sentença, em (54), falsa.

Heim (1987) não apenas aponta o problema como propõe uma solução. Em linhas gerais, Heim propõe o que chama de “Acarretamento Decrescente Limitado” (*LimitedDE*). Os acarretamentos se mantêm em condicionais, comparativos e genéricos se o reforço ocorrer dentro dos limites da escala disparada pelo item de polaridade e se houver ainda hipóteses auxiliares, dadas pelo fundo conversacional compartilhado, que sustentam o raciocínio.

- (55) Se você puser mais um pingo de sal na sopa, eu joga ela fora.
- (56) Se você puser mais um pingo de sal na sopa e colocar mais água e mais legumes, eu joga ela fora.
- (57) Se você puser mais três pingos de sal na sopa, eu joga ela fora.

A sentença em (56) não é acarretada por (55), mas (57) o é, porque estamos “caminhando” na escala dada pela expressão de polaridade negativa.

Mesmo que admitamos que o licenciamento dos IPNs deva ser dado contextualmente, através de uma noção mais fraca de acarretamento (o acarretamento limitado), ainda assim não temos uma solução, porque a noção de MD (limitado ou não) não consegue explicar porque os IPNs ocorrem em perguntas diretas. Assim, o conceito de acarretamento decrescente apresenta-se como não suficiente para explicar a distribuição dos IPNs, no entanto ele pode servir como teste para determinarmos se um dado item é ou não um IPN, o que faremos na próxima seção.

5 TESTANDO MAIS UMA VEZ

Uma maneira segura de testar se uma dada expressão da língua é IPN é verificar sua ocorrência em contexto de MC. Se ela puder, então com certeza não é um IPN. Notemos que dessa maneira escapamos do problema de definir se um dado contexto, por exemplo os condicionais, é de fato MD. Consideremos o ‘algum’ que é um quantificador MC; logo, ele não licencia um IPN e vamos ver como se comportam os itens que queremos verificar:

(58) ?? Algum aluno que leu qualquer artigo em semântica assistiu à palestra.

(59) * Algum aluno que leu sequer um artigo em semântica assistiu à palestra.

(60) ?? Algum aluno que leu o que quer que seja em semântica assistiu à palestra.

(61) * Algum aluno que ainda leu um artigo em semântica assistiu à palestra.

(62) * Algum aluno que leu artigo algum em semântica assistiu à palestra.

Na posição de segundo argumento:

(63) ?? Algum aluno que assistiu à palestra leu qualquer artigo em semântica.

(64) * Algum aluno que assistiu à palestra leu um artigo sequer em semântica.

(65) ?? Algum aluno que assistiu à palestra leu o que quer que seja em semântica.

(66) * Algum aluno que assistiu à palestra ainda leu um artigo em semântica.

(67) * Algum aluno que assistiu à palestra leu artigo algum em semântica.

Há, aparentemente, um leve contraste distinguindo ‘qualquer’ e ‘o que quer que seja’ dos demais, mas esse teste mostra claramente que ‘sequer’, ‘ainda’ e ‘N algum’ são IPNs.

6 VERIDICIDADE

Além de não abarcar todos os casos de IPNs, em particular as perguntas diretas, a proposta de Ladusaw (2002) não consegue captar o fato de que o ‘any’ nem sempre é um IPN; ele pode ser também um item de livre escolha, como “Any owl hunts.” (“qualquer coruja caça”). Notemos que a sentença é uma sentença afirmativa simples. Não se trata de contexto de MD, embora se possa agora considerar que o próprio ‘any’ é um quantificador de tal monotonicidade: se qualquer coruja caça, então se pode considerar inclusive os casos menos prototípicos de corujas doentes, por exemplo, que, mesmo assim, caçam, mas certamente os exemplos a seguir não são desse tipo:

(68) a. You may take any book.

Você pode pegar qualquer livro.

b. Please sing us any song.

Por Favor, cante-nos qualquer canção.

A literatura sobre o ‘any’ é vasta⁹ e pode ser dividida, inicialmente, em duas frentes: os *ambigüistas*, que entendem que há dois ‘any’, um item de polaridade negativa (existencial) e um item de livre escolha (universal), e os *unitaristas*, que entendem que há um único ‘any’. Esses últimos se distribuem em três grupos: aqueles que querem explicar o ‘any’, tomando-o como um quantificador universal (e derivando o IPN, que é existencial); os que vêem no ‘any’ um operador existencial, e, finalmente, aqueles que entendem que ‘any’ é um indefinido no sentido de Heim (1982), isto é, entendem que ele não carrega nenhuma força quantificacional. Há, para cada uma dessas alternativas, diferentes propostas de tratamento para a semântica (ou semântica/pragmática) desse item. A proposta da veridicidade, elaborada inicialmente por Zwarts (1995 *apud* GIANNAKIDOU, 2001), mas explicitada por Giannakidou (2001) para os itens de polaridade do grego, vem como uma maneira de resolver os casos pendentes e de ampliar a análise para os itens de polaridade, os de polaridade negativa, os de polaridade positiva, como ‘já’, e os de livre escolha, como ‘qualquer’ e ‘o que quer que seja’. Nessa proposta, itens de polaridade não são licenciados no escopo de um operador verídico.

Giannakidou (2001) apresenta a seguinte definição de um operador proposicional **Op**:

- É verídico sse Op acarreta p, isto é, sempre que Op p é V, então p É V também;
- É não-verídico se e somente se (sse) Op não acarreta p, isto é, sempre que Op p é V, p pode ou não ser V;
- um operador não-verídico Op é averídico se Op p \rightarrow \sim p é logicamente válido.

Vejam como funciona esse quadro para os operadores. Consideremos, por exemplo, o verbo ‘conseguir’ na sentença:

(69) A Maria conseguiu dormir.

Ele é verídico, porque, da verdade da sentença em (69), podemos concluir que Maria dormiu. Assim, (69) acarreta que Maria dormiu. Comparemos com o comportamento do advérbio ‘talvez’:

(70) Talvez Maria tenha dormido.

Da sentença em (70) não podemos concluir que Maria dormiu. Ela pode ou não ter dormido. Logo, ‘talvez’ é um operador não-verídico. Quanto a ‘jamais’, é um operador averídico:

(71) Maria jamais casou.

Da verdade de (71), segue-se que não é o caso que Maria casou.

Segundo essa proposta, itens de polaridade só ocorrem sob o escopo de um operador não-verídico, que inclui o antiverídico. Não deveríamos esperar, portanto, que os IPNs e os itens de livre escolha ocorressem nesses contextos. Essa previsão se confirma em

⁹ Ver Horn (1997) para uma revisão de boa parte dessa literatura. É dele a terminologia *ambigüistas* e *unitaristas*.

uma boa quantidade de casos. Se tomarmos os exemplos arrolados em Ilari (1984) que inclui, entre outros, períodos hipotéticos, verbos de dúvida, interrogativas indiretas, condicionais etc., veremos que todos são contextos não-verídicos. As sentenças comparativas são, no entanto, um problema, porque elas são verídicas e licenciam os IPNs, como pode ser atestado pela possibilidade de ‘any’: “John run faster than anyone had expected.” (*João correu mais rápido do que qualquer um esperava*). A solução de Giannakidou (2001) não é de todo satisfatória, porque ela afirma que nas comparativas não equativas (as únicas que licenciam os IPNs), ocorre uma implicatura negativa. Nesse caso, a sentença implica que não se esperava que John corresse tão rápido. Além de ser uma solução *ad hoc*, ela não consegue explicar porque haveria essa implicatura negativa. As comparativas também licenciam os itens de livre escolha (ILE), como aparece em “João correu mais rápido do que qualquer outro aluno.” Mas, se há alguma razão em supor que os IPNs disparem implicaturas negativas, esse raciocínio não vale para os de livre escolha. Logo, não há como explicar o licenciamento de ‘qualquer’ em comparativas.

Um problema mais sério é que a hipótese da veridicidade não consegue explicar todos os casos de licenciamento dos IPNs e dos ILE, como pode ser comprovado pelas sentenças a seguir:

- (72) João comeu qualquer coisa estragada.
- (73) Sequer João fez a tarefa.
- (74) – Vá buscar o livro pra mim?
– Vou coisa alguma.

Ainda que sejam limitados os contextos, é possível também encontrar locuções de polaridade negativa em contextos verídicos como:

- (75) O João abriu a boca e contou sobre o desvio de dinheiro.

Esse mesmo problema já foi apontado para outras línguas, em particular o francês, por Tovená e Jayes (2005), mas, mesmo para o ‘any’, é possível que ocorra em contextos verídicos, como atesta o exemplo abaixo:

- (76) John interviewed any girl who attended his seminar.
João entrevistou qualquer garota que fez o seu seminário.

O licenciamento de ‘any’ em contextos como (76), que a literatura chama de “subtriggering” (ver Dayal, 1998), tem sido explicado pela presença da oração relativa. Finalmente, não há uma justificativa clara para acreditar que perguntas sejam um contexto não-verídico. E, como já sabemos, os IPNs acontecem nesses contextos. A conclusão, decepcionante, é que a veridicidade não explica a distribuição dos IPNs.

7 CONCLUSÃO

Neste artigo, procuramos mostrar que é possível identificar uma classe de itens de polaridade negativa no PB. Em particular, mostramos que ‘sequer’, ‘ainda’ e ‘N algum’ são IPNs. Essa já é, sem dúvida, uma contribuição importante, porque é o passo inicial para uma pesquisa sobre a semântica dessas expressões. Para tanto, utilizamos dois

tipos de teste: primeiramente, adotamos o teste padrão (seção 2), que verifica se há um contraste de aceitabilidade entre a sentença afirmativa simples e a sentença negativa: IPNs são aceitáveis apenas nas negativas. Elaboramos também um novo teste, a partir da generalização de Ladusaw (2002): IPNs não podem ocorrer em contextos de MC. Nossos candidatos “passaram” em ambos os testes. Identificamos também dois itens de livre escolha: ‘qualquer’ e ‘o que quer que seja’. Mostramos que eles ocorrem em sentenças positivas, embora haja restrições quanto a contextos episódicos, que são contextos verídicos, segundo a proposta de Giannakidou (2001).

Exploramos dois modelos de análise para o licenciamento dos IPNs: a hipótese da MD apresentada por Ladusaw (2002) e a tentativa de explicar a distribuição desses itens através da noção de não-veridicidade levantada por Giannakidou (2001). Vimos que nenhuma delas consegue abarcar todos os casos de ocorrência de IPNs. Em particular, as perguntas diretas.

Levantamos, brevemente, quando da resenha de Ilari (1984), a hipótese de que os IPNs e as locuções negativas são licenciados por escalas, mas essa hipótese, para ter alguma sustentação, precisa ser desenvolvida com maior esmero, porque, na forma apresentada por Fauconnier (1975), ela não pode ser aplicada, já que não é adequado considerar que as locuções negativas são algum tipo de quantificador (não-*standard*, seja lá o que isso for), no entanto, a hipótese de que a escala está presente na interpretação desses itens nos parece ser a mais viável. Esse tópico, porém, fica para um próximo texto, em que buscaremos atribuir uma semântica para os itens identificados neste texto. Este é um assunto naturalmente polêmico que demanda uma discussão específica.

REFERÊNCIAS

- BARWISE, J.; COOPER, R. Generalized quantifiers and natural language. **Linguistics and Philosophy**, n. 4, p. 159-219, 1981.
- CHIERCHIA, G. **Semântica**. Campinas/Londrina: Unicamp/Eduel, 2003.
- DAYAL, V. *Any* as inherently modal. **Linguistics and Philosophy**, n.21, p. 433-476, 1998.
- GIANNAKIDOU, A. The meaning of free choice. **Linguistics and Philosophy**, n. 24, p. 659-735, 2001.
- HEIM, I. **The semantics of definite and indefinite noun phrases**. 1982. Phd Dissertation - UMass, Amherst, 1982.
- _____. Notes on negative polarity and downward entailingness. In: JONES, C.; SELLS, P. (Eds.). **NELS**, 14, 1987. **Proceedings...** Amherst., GLSA, p.98-107.
- HORN, L. Negative polarity and the dynamics of vertical inference. In: FORGET, D. et al. (Eds.). **Negation and polarity: syntax and semantics**, Amsterdam: John Benjamins. p. 157-82, 1997.

ILARI, R. Locuções Negativas Polares: Reflexões sobre um tema de todo mundo. In: _____. *Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos 10*. Fac. Integrada de Uberaba. p. 83-97, 1984.

KRIFKA, M. Some remarks on polarity items. In: ZAEFFERER, D. (Ed.). **Semantic universals and universal semantics**. Berlin: Foris. p. 150-189, 1991.

LADUSAW, W. On the notion 'affective' in the analysis of negative-polarity items. **Journal of Linguistic Research**, 1.2: 1-16. Reprinted in: PARTEE, B.; PORTNER, P. (Eds.). *Formal Semantics*. The essential readings. Blackwell. 457-468, 2002.

LINEBARGER, M. Negative polarity and grammatical representation. **Linguistics and Philosophy**, 10: 325-387, 1987.

MIOTO, C. **Negação sentencial no português brasileiro e o critério-Wh**. 1992 Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Campinas, Campinas (SP), 1992.

NEGRI, L. **Zona de fronteira: a delimitação entre a semântica e a pragmática sob a lente das expressões de polaridade negativa**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PERES, J. A. On the nature and licensing conditions of n-phrases in Portuguese. **DELTA: Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada**, n.16, p. 165-199, 2000.

TOVENA, L.; JAYES, J. Free-Choiceness and Non Individuation. **Linguistics and Philosophy**, n. 28, p. 1-71, 2005.

VITRAL, L. A negação: Teoria da Checagem e mudança Linguística. **DELTA: Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada**, n. 15, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000100003&lng=en&nrm=iso

Original recebido em: 24/09/2008

Texto aprovado em: 25/11/2008